LEI Nº 681/2024 DE 03 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS DO MUNICIPIO DE RETIROLÂNDIA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em conformidade com disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I - as Metas e os Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal;
II - as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2025;
III - diretrizes e disposições específicas, relativas à elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município;
IV - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
V - disposições relativas à dívida pública municipal;
VI - disposições relativas à política e despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VII - disposições gerais.

Parágrafo único. Esta Lei compreenderá, também, excepcionalmente, a definição da estrutura, organização, elaboração, alterações e execução do orçamento municipal.

Art. 2°. Para efeito desta Lei são adotados os seguintes conceitos e definições:

I - Entendem-se como Despesas Fixas Obrigatórias os seguintes gastos:

a) as despesas com o Serviço da Dívida Municipal;

b) os gastos relativos ao pagamento da folha normal de Pessoal e seus Encargos Sociais

c) as despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais, bem como de obrigações estabelecidas em Leis Orgânicas Municipais;

II - Constituem Outras Despesas Fixas aquelas decorrentes de obrigações Contratuais ou Convênios, incluindo Contrapartidas, firmados pela Administração Municipal, bem como aquelas relativas à conservação do patrimônio público;

III - São despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas a conservação dos equipamentos públicos, sobretudo aqueles destinados a prestação de serviços à coletividade local.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3°. As metas fiscais para o exercício de 2025 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único - As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária de 2025, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2025, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 4°. São definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1°. A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente liquida estimada, destinada ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais.

§ 2°. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 02 de outubro de 2025, ou seja, 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tenham se tornado insuficiente, inclusive, para dotações destinadas à prestação de serviços públicos de Assistência Social, Saúde, Educação, Defesa Civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

Art. 5°. A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2025, e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1° e 2°, do art. 4°, da Lei Complementar Federal n° 101/00;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO III
DAS PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Art. 6°. Constituem prioridades da Administração Pública Municipal:

I - as Despesas Fixas Obrigatórias;

II - as Outras Despesas Fixas;

III - Outras Ações Prioritárias.

§ 1°. As prioridades definidas neste artigo poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, a definição das transferências constitucionais

constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado e, principalmente, a revisão do Plano Plurianual para o período 2022/2025.

§ 2º. Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2025, e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limitação à programação da despesa;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressalvar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 3º. O Poder Executivo justificará, na Mensagem que encaminhar a Proposta Orçamentária, a eventual impossibilidade técnica ou legal de execução de despesas definidas no Anexo de Metas e Prioridades.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I
DAS DIRETRIZES BÁSICAS

Art. 7º. As prioridades definidas no artigo anterior buscarão atingir os seguintes objetivos estratégicos:

I - desenvolvimento municipal integrado;

II - melhoria da qualidade de vida;

III - promoção da cidadania e da integração social;

IV - desenvolvimento da gestão pública gerencial;

V - ação legislativa.

VI - Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;

VII - Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;

VIII - Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Art. 8°. A elaboração e execução do orçamento para o exercício de 2025 deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes básicas:

I - equilíbrio das contas públicas municipais;
II - transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais;
III - respeito ao princípio orçamentário da programação;
IV - austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;

V - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal.

Subseção I
Do Equilíbrio das Contas Públicas Municipais

Art. 9°. Para obtenção do equilíbrio das contas públicas municipais, exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas, dentre outras, as medidas e os procedimentos indicados nesta Subseção.

Art. 10. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 11. As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.

Art. 12. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e desenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos.

Art. 13. Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 14. A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

a) adequação orçamentária;
b) obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
c) imputação a sua correta classificação orçamentária;

Parágrafo único. Para efeito desta Lei compreende-se como:

a) adequação orçamentária, a existência de previsão, na Lei Orçamentária, de dotação adequada, em montante suficiente, para acorrer à despesa;
b) obediência ao Cronograma de Desembolso, a verificação e indicação de existência de saldo financeiro suficiente no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, aprovado por decreto do prefeito Municipal.
c) imputação a correta classificação orçamentária, com indicação adequada da despesa em termos de ação própria (projeto, atividade) e sua necessária apropriação quanto à função, subfunção, programa, grupo, modalidade e elemento de despesa e fonte de recurso.

Subseção II
Da Transparência na Definição e na Gestão dos Orçamentos Municipais

Art. 15. A transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais, também exigida pela Lei Complementar nº 101/2000, será buscada mediante a adoção dos procedimentos indicados na própria Lei Complementar nº 101, sobretudo aqueles relacionados com o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da Lei Orçamentária.

Subseção III
Do Respeito ao Princípio Orçamentário da Programação.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual guardará estrita compatibilidade com o Plano Plurianual 2022/2025, sendo vedada a apropriação de recursos a ações (projetos e atividades) não incluídos nele ou em suas alterações e revisões.

Subseção IV
Da Austeridade na Utilização e Otimização dos Recursos Públicos

Art. 17. A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão.

Art. 18. Os projetos e atividades de prestação de serviços básicos em execução prevalecerão sobre quaisquer outras espécies de ação.

Art. 19. Serão reduzidas ao nível do estritamente indispensável às dotações para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinados as atividades-meio da Administração Pública Municipal.

Art. 20. As despesas de custeio administrativo e operacional, excetuando-se pessoal e encargos, não terão aumento superior à variação equivalente ao índice de atualização de preços aplicável, salvo quando decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade ou novas atribuições definidas no exercício de 2024 ou no decorrer de 2025.

Art. 21. Somente serão incluídas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais dotações a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílios previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, jurídica, saúde, educação ou prestação de serviços culturais e psicológicos a toda a população, especialmente aos idosos, mulheres, crianças e adolescentes ameaçados, vítimas de violência, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, considerando também entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública, ficando o pagamento dessas despesas condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive, e principalmente, a constante do art. 26, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 22. As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com novos investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas às Despesas Fixas Obrigatórias e Outras Despesas Fixas.

Subseção V
Da Obtenção de Níveis Satisfatórios de Arrecadação Tributária Municipal

Art. 23. A Administração Municipal adotará, de modo permanente, medidas que visem ao constante incremento da receita municipal, especialmente quanto a:

a) melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município;
b) combate à evasão e à sonegação fiscal;
c) cobrança da dívida ativa municipal.

Subseção VI
Outras Diretrizes, Procedimentos e Orientações

Art. 24. No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes na época da sua elaboração.

Art. 25. A lei orçamentária conterá discriminada, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de:

I - despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal;
II - precatórios judiciários;

Parágrafo único - Os processos referentes a pagamentos de precatórios serão submetidos, pelo órgão ou entidade competente, à apreciação da Coordenação Jurídica do Município.

Seção II
Das Diretrizes Relativas aos Consórcios Públicos

Art. 26. Na forma da legislação pertinente em vigor serão adotadas as normas e diretrizes constantes desta Seção quanto ao Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do SISAL e Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Serrinha - Policlínica.

Art. 27. Segundo a legislação vigente, o Consórcio Público, que assume a natureza de Autarquia, constitui entidade da Administração Indireta dos Entes Consorciados.

Art. 28. Em decorrência do disposto no artigo anterior, passa a integrar a Administração Descentralizada do Município de Retirolândia, a Autarquia "Consorcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do SISAL" e Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Serrinha - Policlínica, ficando diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito.

§ 1º. As transferências de recursos para o Consorcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do SISAL e Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Serrinha - Policlínica, em decorrência de obrigações assumidas no respectivo Contrato de Rateio integrarão o Programa de Trabalho da Unidade Orçamentaria especificada nessa Lei.

§ 2º. As transferências relacionadas com despesas nas áreas da saúde e da educação serão consignadas nos Programas de Trabalho das respectivas Secretarias e Fundos através de dotações específicas.

Art. 29. O Município, na qualidade de Ente Consorciado, através do Chefe do Poder Executivo, acompanhará e supervisionará as atividades do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do SISAL e Consórcio Interfederativo de Saúde da Região de Serrinha - Policlínica, disponibilizando aos interessados as informações necessárias ao cumprimento do Princípio da Transparência.

SEÇÃO III
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 30. Para efeito do disposto na Lei Orgânica Municipal, visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira do Poder Legislativo, ficam estipuladas as seguintes diretrizes para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais observarão o disposto nos artigos desta Lei, bem como o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

II - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite constitucional estabelecido, na forma da

alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009;

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, a Câmara de Vereadores, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, e, no que couber, às Diretrizes Básicas definidas na Seção I, Capítulo IV, desta Lei.

Art. 31. A proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal até o dia 31 de julho, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos para tal fim.

Parágrafo único - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os recursos devidos à Câmara de Vereadores deverão ser repassados àquela Casa Legislativa até o vigésimo dia de cada mês.

SEÇÃO IV
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 32. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às áreas de saúde, previdência e assistência social, abrangendo os recursos provenientes das entidades que, por sua natureza devam integrá-lo.

Art. 33. Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado da Bahia e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;
II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento de Seguridade Social.

Art. 34. O Município aplicará em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos previstos pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

I - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
II - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
III - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária municipal;
IV - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
V - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;
VI - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município, em especial a contribuição de melhoria.

§ 1º. Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o Título V, da Lei 4.320/64.

§ 2º. Na hipótese de necessidade de promover alteração na legislação tributária municipal, o Poder Executivo encaminhará o respectivo Projeto de Lei no prazo de até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício financeiro.

§ 3º. A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

Art. 36. O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária municipal, e, na hipótese de alteração na legislação tributária, apenas as estimativas decorrentes das leis que tenham sido aprovadas até a remessa da Proposta de Orçamento Anual.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A atualização monetária do principal da dívida, para amortização de 2025, obedecerá à variação do Índice de Preço ao consumidor ampliado - IPCA, do IBGE.

Art. 38. As despesas com serviço da dívida do Município, exceto mobiliária, deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA E ÀS DESPESAS DE PESSOAL

Art. 39. No exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo, Executivo, Autarquias e Fundações Municipais observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar.

Art. 40. No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição, poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;
II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 41. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações do Serviço Municipal de Recursos Humanos e Orçamento.

Parágrafo único. O órgão próprio do Poder Legislativo do Município assumirá, no âmbito de sua competência, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 42. As despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2025, com base nas despesas executadas até o mês de julho de 2024, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites definidos no Anexo de Metas Fiscais integrantes desta Lei.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e alterações de estrutura de cargos pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações, empresas ou sociedades de economia mista, só poderão ser efetivadas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções dos respectivos gastos até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput" deste artigo e as demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Seção I
Da Proposta Orçamentária

Art. 43. A Proposta Orçamentária será encaminhada à Câmara de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, ou, na hipótese de omissão da Lei Orgânica, no prazo definido na Constituição Federal, e constará de:

I - Mensagem
II - Projeto de Lei Orçamentária Anual
III - Informações Complementares

§ 1º. A Mensagem conterá a exposição da situação econômico-financeira e socioeconômica do Município, da política econômico-financeira adotada e a justificação da receita e a despesa.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado com o conteúdo definido na Subseção II, da Seção II, deste Capítulo.

§ 3º. O Anexo de Informações Complementares incluirá, dentre outros, os documentos e as informações relacionadas nos artigos desta Lei.

§ 4º. Apreciado pela Câmara Municipal no prazo legalmente estabelecido será devolvido para sanção do Prefeito apenas o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Seção II
Do Projeto de Lei Orçamentária Anual

Subseção I
Das Classificações e Definições

Art. 44. Os orçamentos municipais serão elaborados e executados com a utilização das seguintes classificações da despesa:

I- Classificação Institucional
II- Classificação Funcional
III- Classificação por Programas
IV- Classificação por Natureza da Despesa
V- Classificação da Despesa por Fontes de Recursos

§ 1°. A classificação institucional compreende os Poderes, Secretarias, Órgãos, Entidades e Unidades Orçamentárias e Gestoras do Município.

§ 2°. A classificação funcional apropriará o gasto público por Funções e Subfunções e obedecerá à legislação federal.

§ 3°. A classificação por programas deverá ser atualizada em decorrência de alterações do Plano Plurianual, onde se encontra definida.

§°4°. A classificação por natureza da despesa, estabelecida e atualizada em legislação federal, apropriará o gasto público por Grupos, Modalidades e Elementos da Despesa.

§ 5°. A classificação da despesa por fontes de recursos identificará as fontes dos recursos necessários e adequados para a execução das ações e programas definidos na lei orçamentária, e poderá ser atualizada por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária.

Art. 45. A receita municipal obedecerá às seguintes classificações:

I. Classificação da Receita por sua Natureza, estabelecida em legislação federal.

II. Classificação Institucional da Receita.
III. Classificação por Fonte ou Indicador de Uso.

Art. 46. Para efeito de elaboração e execução orçamentária são adotadas, na forma da legislação vigente, as seguintes definições e conceitos:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
II – Subfunção, uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
III - Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
IV - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
V - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
VI - Unidade Orçamentária, na forma da Lei nº 4.320/64, "o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias";
VII – Unidade Gestora, a unidade administrativa responsável pela administração dos créditos orçamentários, entendida esta administração como a competência e atribuição para processar a despesa orçada, nos seus estágios de Empenhamento, Liquidação e Pagamento.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua execução.

§2º. Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 42, de 14.04.1999, e suas alterações.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Subseção II
Do Conteúdo e Forma da Lei Orçamentária

Art. 47. A lei orçamentária anual obedecerá à orientação da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias e guardará compatibilidade com o modelo adotado pela União.

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – O Orçamento Fiscal;
II - O Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º Os orçamentos evidenciarão obrigatoriamente os Programas de Trabalho dos órgãos e das entidades que integram a estrutura organizacional do Município.

§ 2º Os Programas de Trabalho, a que se refere o parágrafo anterior, demonstrarão, por estrutura funcional e programática da despesa, as aplicações agregadas em Ações (Projetos, Atividades e Operações Especiais), apropriando-se os respectivos custos a nível de Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação, na forma definida na legislação federal pertinente.

Art. 49. A lei orçamentária anual será constituída de:

I – texto de lei;
II – anexo relativo ao Orçamento Fiscal, discriminando sua receita e sua despesa, esta sob a forma de Programa de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;
III - anexo relativo ao Orçamento da Seguridade Social, discriminando sua receita e despesa, esta sob a forma de Programas de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;

Art. 50. Integrarão a lei orçamentária, em anexo específico, dentre outros, os seguintes Demonstrativos:

I. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS:
I.1 Demonstrativos da Lei 4.320/64:
a) Programa de Trabalho Consolidado;
b) Sumário geral da receita por fonte e da despesa por função;

c) Demonstrativo da receita e despesa por categorias econômicas;
d) Demonstrativo da Despesa por Funções e Vínculos;
e) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

I.2 Outros Demonstrativos Consolidados:

a) Despesa por Órgãos;
b) Despesa por Grupos de Despesa;
c) Despesa por Funções;
d) Despesa por Subfunções;
e) Despesa por Modalidade de Aplicação;
f) Despesa por Fontes de Recursos;

II. Outros Demonstrativos:

a) Obrigações Legais e Constitucionais;
- Câmara Municipal;
- Gastos com Pessoal e Encargos Sociais;
- Educação;
- Saúde;

b) Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Parágrafo único. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária demonstrativo por categoria de programação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal

Art. 51. A lei orçamentária anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1°. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2°. Todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3°. Os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária.

§ 4°. Os Fundos Municipais, legalmente instituídos, integrarão os Orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em Unidades Orçamentárias específicas.

Art. 52. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2025 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação na respectiva casa legislativa.

§1°. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2025:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§2°. A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2025, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

Art. 53. Além da observância das prioridades e metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I- houver compatibilidade com o Plano Plurianual;
II- tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
III- tiverem sido adequadamente contemplados os projetos em andamento;
IV- houver viabilidade técnica, econômica e ambiental;
V- os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como:

I - projetos em andamento aqueles que já tenham sido regularmente licitados, contratados e empenhados, neste ou em exercícios anteriores e que não tenham sido concluídos;

II - despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas à conservação dos equipamentos públicos, utilizados na prestação de serviços à comunidade, como aqueles necessários ao desenvolvimento de ações relacionadas à saúde, educação, segurança, saneamento, ação social e urbanismo.

Art. 54. O Orçamento Fiscal conterá dotação global, sob a denominação de Reserva de Contingência, não destinada especificamente à determinação órgão, unidades orçamentárias, programa ou natureza de despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de crédito adicionais, na forma do art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 55. O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo de forma que possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

Art. 56. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Parágrafo único. *As* autarquias constarão com a totalidade de suas receitas e despesas no orçamento fiscal, mesmo que não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos de natureza fiscal.

Art. 57. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos Poderes e órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, vinculadas à saúde, previdência e assistência social.

Art. 58. Para efeito de informação ao Poder Legislativo deverá ainda constar da proposta orçamentária a relação das leis autorizativas das operações de crédito, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, bem como a identificação da respectiva alocação ao nível de categoria de programação;

Art. 59. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida.

III- respeitem e preservem as Despesas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, conforme definido nesta Lei;

IV – sejam relacionadas:

a) com correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1° As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2° A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de lei orçamentária.

Art. 60. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica a votação da parte cuja alteração seja proposta.

Art. 61. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa.

§ 1°. Por motivo de interesse público é vedada a rejeição integral do projeto de lei orçamentária.

§ 2°. No caso de rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, a lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Seção III
Do Detalhamento da Despesa

Art. 62. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1°. Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar, por elementos e fontes, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§ 2°. Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3°. Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§4°. Inclui-se entre as alterações do QDD de que trata o parágrafo anterior a alocação de crédito a elemento ou fonte de recurso não contemplados no QDD originalmente aprovado, respeitados os valores dos Grupos de Despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual e as conceituações estabelecidas na legislação pertinente

§5°. O Prefeito do Município poderá delegar, expressamente, competência ao Secretário de Finanças para promover, mediante Portaria, alterações dos QDDs no âmbito do Poder Executivo.

Seção IV
Das Retificações ou Adequações Orçamentárias

Art. 63. São retificações orçamentárias as modificações introduzidas ao longo do exercício financeiro em decorrência do Princípio da Flexibilidade da Execução Orçamentária, objetivando ajustar e adequar os custos das Categorias Programáticas (Projetos, Atividades e Operações Especiais), respeitadas as Prioridades e Metas estabelecidas na conformidade do Capítulo III desta Lei.

Art. 64. Constituem instrumentos de retificações orçamentárias:

I. As Alterações de Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs;

II. Os Créditos Adicionais;
III. Os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações.

Art. 65. Os Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs obedecerão ao disposto na Seção III deste Capítulo.

Art. 66. Respeitado o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 12 de março de 1964, os Créditos Adicionais obedecerão adicionalmente ao seguinte:

a) quando aberto com recursos de excesso de arrecadação oriundos de transferências ou recursos adicionais não incluídos na Estimativa da Receita, além de só poderem ser utilizados para a finalidade específica que fundamentar a sua abertura, não poderão ser anulados para a abertura de outros créditos adicionais;

b) os saldos dos créditos decorrentes de eventual frustração da receita estimada conforme previsto na alínea "a" deste artigo, bem como de eventuais recursos de excesso de arrecadação estimados com fundamento na Lei nº 4.320/64, deverão ser cancelados, ao final do exercício financeiro por Decreto do Poder Executivo;

Art. 67. Os Créditos Especiais serão abertos exclusivamente mediante autorização legal específica.

Art. 68. Ressalvada conceituação legal superveniente, os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações somente poderão ser utilizados mediante autorização legal específica.

Art. 69. A apropriação da despesa por sua Modalidade poderá ser alterada, durante a execução orçamentária para adequá-la à conceituação estabelecida na legislação federal pertinente.

Art. 70. A necessidade de Retificação Orçamentária deve ser examinada e atendida, sempre que possível, na seguinte ordem:

a) Alteração de QDD;
b) Suplementação dentro da mesma Ação: de um Grupo de Despesa para Outro;
c) Suplementação dentro do mesmo Programa de Trabalho: de uma Ação para Outra, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida;

d) Suplementação de um Programa de Trabalho para Outro, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Alterações necessárias para a adequação do disposto nesta Lei poderão ser introduzidas, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, até a data de remessa do Projeto de Lei Orçamentária para exame pela Câmara Municipal.

Art. 72. A meta de superávit a que se refere o Capítulo II desta Lei pode ser reduzida em face da realização dos investimentos prioritários de que trata o Capítulo III desta Lei.

Art. 73. No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, definidas como prioritárias nesta Lei sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 74. Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

Art. 75. Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária não ser aprovado e promulgado até 31 de dezembro deste exercício, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, até a promulgação da respectiva Lei, autorizados a, exclusivamente:

a) executar as despesas de custeio administrativo até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária;
b) utilizar-se dos recursos necessários para saldar parcelas das dívidas vencidas;
c) efetuar despesas com pessoal, conforme os valores previstos na proposta orçamentária;
d) realizar despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato para o exercício;
e) realizar despesas de investimentos resultantes de contratos firmados nos exercícios anteriores.

Art. 76. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Retirolândia, em 15 de abril de 2024.

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art. 4º, § 3º) — R$ mil

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação		Limitação de empenho	
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
Outros Riscos Fiscais		Limitação de empenho, abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
SUBTOTAL	**0,00**	**SUBTOTAL**	**0,00**
TOTAL	**0,00**		**0,00**

FONTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2025

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	2025			2026			2027		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.789	78.049	102,944%	82.397	79.611	102,944%	84.045	81.203	102,944%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	79.853	77.145	101,751%	81.442	78.688	101,751%	83.071	80.262	101,751%
Receitas Primárias Correntes	77.542	74.913	98,807%	79.085	76.411	98,807%	80.667	77.652	98,807%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.116	3.976	5,245%	4.198	4.056	5,245%	4.282	4.137	5,245%
Contribuições	-	-		-	-		-	-	
Transferências Correntes	73.234	70.750	93,317%	74.691	72.165	93,317%	76.185	73.609	93,317%
Demais Receitas Primárias Correntes	193	186	0,245%	196	190	0,245%	200	194	0,245%
Receitas Primárias de Capital	2.311	2.232	2,944%	2.357	2.277	2,944%	2.404	2.323	2,944%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	80.789	78.049	102,944%	82.397	79.611	102,944%	84.045	81.203	102,944%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	79.332	76.642	101,088%	80.911	78.175	101,088%	82.529	79.739	101,088%
Despesas Primárias Correntes	71.556	69.129	91,179%	72.980	70.512	91,179%	74.440	71.922	91,179%
Pessoal e Encargos Sociais	44.031	42.538	56,106%	44.907	43.389	56,106%	45.805	44.256	56,106%
Outras Despesas Correntes	27.525	26.592	35,073%	28.073	27.124	35,073%	28.634	27.666	35,073%
Despesas Primárias de Capital	6.788	6.558	8,650%	6.924	6.689	8,650%	7.062	6.823	8,650%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	584	564	0,744%	596	575	0,744%	608	587	0,744%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-		-	-		-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-		-	-		-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-		-	-		-	-	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-		-	-		-	-	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	521	503	0,663%	531	513	0,663%	542	523	0,663%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	521	503	0,663%	531	513	0,663%	542	523	0,663%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.263	1.220	1,609%	1.288	1.244	1,641%	1.314	1.269	1,609%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	-	0		0	0	0,000%	0	0	0,000%
Dívida Pública Consolidada (DC)	19.775	19.105	25,198%	18.689	18.057	23,350%	17.554	16.960	21,5012%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	12.900	12.463	16,438%	11.678	11.283	14,590%	10.402	10.050	12,7411%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(7.718)	(7.851)	-9,834%	1.223	1.180	1,528%	1.276	1.232	1,5624%

FONTE:
Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo 6 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos exercícios 2022 e 2023
LOA 2024
NOTAS:
O município de Retirolândia não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).
As metas fiscais previstas para o período de 2025 a 2027 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.
Pela metodologia abaixo da linha, o resultado nominal é calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao apurado da DCL em 31 de dezembro do exercício de referência.

Parâmetros	2025	2026	2027
Receita Corrente Líquida - RCL	78.478.400,00	80.040.324,64	81.641.039,34

ALDENALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a)*100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	60.500	94,084%	62.003	103,313%	1.503	2,484%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	59.864	93,095%	60.804	101,315%	940	1,570%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	60.500	94,084%	61.610	102,658%	1.110	1,834%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	42.579	66,215%	60.407	100,654%	17.828	41,870%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	17.285	26,880%	397	0,661%	(16.888)	-97,705%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	17.285	26,880%	397	0,661%	(16.888)	-97,705%
Dívida Pública Consolidada	15.641	24,323%	20.491	34,143%	4.850	31,005%
Dívida Consolidada Líquida	11.129	17,307%	14.188	23,640%	3.059	27,484%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	3.041	4,729%	(5.995)	-9,989%	(9.036)	-297,131%

FONTE:

Anexo 6 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do exercício de 2023

LOA 2023

NOTA: O município de Retirolândia não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
Receita Corrente Líquida - RCL	64.304.200,00	60.014.543,44

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) — R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	40.388	67.987	68,34%	96.084	41,33%	80.789	-15,92%	82.397	1,99%	84.045	2,00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	40.337	67.272	66,78%	95.478	41,93%	79.853	-16,37%	81.442	1,99%	83.071	2,00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	40.388	67.987	68,34%	96.084	41,33%	80.789	-15,92%	82.397	1,99%	84.045	2,00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	39.764	47.848	20,33%	91.364	90,95%	79.332	-13,17%	80.911	1,99%	82.529	2,00%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	573	19.424	3289,27%	4.114	-78,82%	521	-87,35%	531	1,99%	542	2,00%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	20.564	17.577	-14,53%	12.143	-30,91%	19.775	62,85%	18.689	-5,49%	17.554	-6,07%
Dívida Consolidada Líquida	15.924	12.506	-21,46%	5.183	-58,56%	12.900	148,91%	11.678	-9,48%	10.402	-10,92%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(4.544)	3.417	-175,20%	7.324	114,31%	(7.718)	-205,38%	1.223	-115,84%	1.276	4,32%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.940	60.500	68,34%	85.503	41,33%	78.049	-8,72%	79.611	2,00%	81.203	2,00%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	35.895	59.864	66,78%	84.964	41,93%	77.145	-9,20%	78.688	2,00%	80.262	2,00%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	35.940	60.500	68,34%	85.503	41,33%	78.049	-8,72%	79.611	2,00%	81.203	2,00%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	35.385	42.579	20,33%	81.303	90,95%	76.642	-5,73%	78.175	2,00%	79.739	2,00%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	510	17.285	3289,22%	3.661	-78,82%	503	-86,26%	513	2,00%	523	2,00%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	18.299	15.641	-14,53%	10.806	-30,91%	19.105	76,80%	18.057	-5,48%	16.960	-6,07%
Dívida Consolidada Líquida	14.170	11.129	-21,46%	4.612	-58,56%	12.463	170,23%	11.283	-9,47%	10.050	-10,92%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(4.044)	3.041	-175,20%	6.517	114,30%	(7.851)	-220,47%	1.180	-115,03%	1.232	4,42%

Notas: O município de Retirolândia não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, as metas de resultado nominal foram calculadas pelo método abaixo da linha, que representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao apurado da DCL em 31 de dezembro do exercício de referência.

Os valores para o período de 2022 a 2027 demonstrados no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

ALIVANILDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	27.567,28	100,00%	24.690,62	100,00%	15.119,49	100,00%
TOTAL	27.567,28	100,00%	24.690,62	100,000%	15.119,49	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**%**	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Patrimônio		0,00%		0,00%		0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00%		0,00%		0,00%
TOTAL	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%

FONTE:
Anexo XIV - Balanço Patrimonial 2021, 2022 e 2023

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º , § 2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	4.527	101.200
Alienação de Bens Móveis	-	-	101.200
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	4.527	-

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos			-
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2023 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2022 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2021 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	105.727	105.727	101.200

FONTE:
Anexo 2 - Resumo Segundo Categoria Econômica, no Balanço 2021, 2022 e 2023

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2025

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ MIL

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensioonista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mubiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira eotre os Regimes	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + II - II)	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira eotre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-	-	-

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Cantribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensinnista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII+VIII)	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ MIL

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
TOTAL						

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ MIL

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2025
Aumento Permanente da Receita	(9.055)
(-) Transferências Constitucionais	
(-)Transferências ao FUNDEB	(765)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(8.290)
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	(8.290)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	**(8.290)**

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	86.644.400,00
1.1.0.0.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.115.900,00
1.1.1.0.00.0.0.00	Impostos	3.867.500,00
1.1.1.2.00.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio	122.900,00
1.1.1.2.50.0.0.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	115.800,00
1.1.1.2.50.0.1.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	86.200,00
1.1.1.2.50.0.2.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.000,00
1.1.1.2.50.0.3.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	22.600,00
1.1.1.2.50.0.4.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.000,00
1.1.1.2.53.0.0.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	7.100,00
1.1.1.2.53.0.1.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	7.100,00
1.1.1.3.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.450.000,00
1.1.1.3.03.0.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.450.000,00
1.1.1.3.03.1.0.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.450.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.450.000,00
1.1.1.4.00.0.0.00	Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	2.294.600,00
1.1.1.4.51.0.0.00	Impostos sobre Serviços	2.294.600,00
1.1.1.4.51.1.0.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2.294.600,00
1.1.1.4.51.1.1.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	2.293.600,00
1.1.1.4.51.1.1.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	2.047.000,00
1.1.1.4.51.1.1.02	Simples Nacional - Principal	246.600,00
1.1.1.4.51.1.3.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.000,00
1.1.1.4.51.1.3.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	1.000,00
1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas	248.400,00
1.1.2.1.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	248.400,00
1.1.2.1.01.0.0.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	243.700,00
1.1.2.1.01.0.1.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	230.700,00
1.1.2.1.01.0.2.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.900,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.1.2.1.01.0.3.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	11.100,00
1.1.2.1.04.0.0.00	**Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental**	**3.600,00**
1.1.2.1.04.0.1.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	3.600,00
1.1.2.1.50.0.0.00	**Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária**	**1.100,00**
1.1.2.1.50.0.1.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	1.100,00
1.3.0.0.00.0.0.00	**Receita Patrimonial**	**936.200,00**
1.3.2.0.00.0.0.00.00	**Valores Mobiliários**	**936.200,00**
1.3.2.1.00.0.0.00.00	**Juros e Correções Monetárias**	**936.200,00**
1.3.2.1.01.0.0.00.00	**Remuneração de Depósitos Bancários**	**936.200,00**
1.3.2.1.01.0.1.00.00	**Remuneração de Depósitos Bancários - Principal**	**936.200,00**
1.3.2.1.01.0.1.01.00	**Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Principal**	**545.900,00**
1.3.2.1.01.0.1.01.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Royalties - Principal	7.600,00
1.3.2.1.01.0.1.01.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	123.200,00
1.3.2.1.01.0.1.01.02.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	123.200,00
1.3.2.1.01.0.1.01.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - Principal	252.100,00
1.3.2.1.01.0.1.01.03.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências do SUS - Principal	250.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.03.05	Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências do SUS - ACS e ACE	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.03.06	Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências do SUS - Piso Salarial Enfermagem	1.100,00
1.3.2.1.01.0.1.01.04	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - 25% - Principal	13.100,00
1.3.2.1.01.0.1.01.05	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS - 15% - Principal	9.900,00
1.3.2.1.01.0.1.01.06	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Principal	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.07	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	31.500,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	56.700,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PNAE - Principal	2.600,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08.02	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PNATE - Principal	15.600,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - QSE - Principal	23.800,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08.04	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - PDDE - Principal	12.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.08.99	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Outras transferências FNDE - Principal	2.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.3.2.1.01.0.1.01.12	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS - Principal	12.400,00
1.3.2.1.01.0.1.01.17	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferencias de Convênios da União - Outros	33.400,00
1.3.2.1.01.0.1.01.21	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferencias de Convênios da União - Saúde	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.23	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferencias de Convênios da União - Outros/Assist. Social	3.000,00
1.3.2.1.01.0.1.01.26	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Cessão Onerosa - Recursos Excedentes do Pré-Sal	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	390.300,00
1.3.2.1.01.0.1.02.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Assistência Social - Principal	4.600,00
1.3.2.1.01.0.1.02.04	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Recursos Próprios - Principal	83.100,00
1.3.2.1.01.0.1.02.05	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Educação- Principal	1.600,00
1.3.2.1.01.0.1.02.07	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Auxílio Financeiro da União - LC 173/2020 - Art. 5º. inc. II - FR "00"	1.000,00
1.3.2.1.01.0.1.02.99	Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	300.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00	**Transferências Correntes**	**81.399.700,00**
1.7.1.0.00.0.0.00	**Transferências da União e de suas Entidades**	**56.810.400,00**
1.7.1.1.00.0.0.00	**Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União**	**34.597.200,00**
1.7.1.1.51.0.0.00	**Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM**	**34.595.200,00**
1.7.1.1.51.1.0.00	**Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal**	**32.613.900,00**
1.7.1.1.51.1.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	32.613.900,00
1.7.1.1.51.2.0.00	**Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – Cotas Extraordinárias**	**1.981.300,00**
1.7.1.1.51.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – Cotas Extraordinárias - Principal	1.981.300,00
1.7.1.1.52.0.0.00	**Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural**	**2.000,00**
1.7.1.1.52.0.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	2.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00	**Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais**	**601.800,00**
1.7.1.2.51.0.0.00	**Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM**	**1.000,00**
1.7.1.2.51.0.1.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.000,00
1.7.1.2.52.0.0.00	**Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo**	**600.800,00**
1.7.1.2.52.4.0.00	**Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP**	**600.800,00**
1.7.1.2.52.4.1.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	600.800,00
1.7.1.3.00.0.0.00	**Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS**	**7.386.800,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.3.50.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.386.800,00
1.7.1.3.50.1.0.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária	4.160.100,00
1.7.1.3.50.1.1.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária - Principal	4.160.100,00
1.7.1.3.50.1.1.01	Agente Comunitário de Saúde - ACS	1.181.600,00
1.7.1.3.50.1.1.07	Programa de Informatização da APS	82.500,00
1.7.1.3.50.1.1.08	Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	344.700,00
1.7.1.3.50.1.1.09	Incentivo para ações estratégicas	423.700,00
1.7.1.3.50.1.1.11	Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada	1.590.800,00
1.7.1.3.50.1.1.16	Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica - Principal	536.800,00
1.7.1.3.50.2.0.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada	1.621.400,00
1.7.1.3.50.2.1.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Especializada - Principal	1.621.400,00
1.7.1.3.50.2.1.01	Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC	1.094.700,00
1.7.1.3.50.2.1.02	Incremento Temporário do Limite Financeiro do MAC	500.000,00
1.7.1.3.50.2.1.07	FAEC - Cirurgias Eletivas	26.700,00
1.7.1.3.50.3.0.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	914.700,00
1.7.1.3.50.3.1.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal	914.700,00
1.7.1.3.50.3.1.01	Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios para a Vigilância em Saúde - Principal	731.200,00
1.7.1.3.50.3.1.02	Assistência Financeira Complementar aos Estados, DF e Municípios para Agentes de Combate às Endemias	143.000,00
1.7.1.3.50.3.1.04	Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	40.500,00
1.7.1.3.50.4.0.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	111.600,00
1.7.1.3.50.4.1.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica - Principal	111.600,00
1.7.1.3.50.4.1.01	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	111.600,00
1.7.1.3.50.5.0.00	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	579.000,00
1.7.1.3.50.5.1.00	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS - Principal	579.000,00
1.7.1.3.50.5.1.03	Assistência Financeira da União - Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	579.000,00
1.7.1.4.00.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.516.400,00
1.7.1.4.50.0.0.00	Transferências do Salário-Educação	602.500,00
1.7.1.4.50.0.1.00	Transferências do Salário-Educação - Prineipal	602.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.4.52.0.0.00	**Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**	**343.900,00**
1.7.1.4.52.0.1.00	**Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal**	**343.900,00**
1.7.1.4.52.0.1.01	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pré Escola - Principal	43.900,00
1.7.1.4.52.0.1.02	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Creche - Principal	101.300,00
1.7.1.4.52.0.1.03	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - Principal	157.800,00
1.7.1.4.52.0.1.05	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - EJA - Principal	14.900,00
1.7.1.4.52.0.1.06	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - AEE - Principal	9.500,00
1.7.1.4.52.0.1.07	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Quilombola - Principal	16.500,00
1.7.1.4.53.0.0.00	**Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE**	**570.000,00**
1.7.1.4.53.0.1.00	**Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal**	**570.000,00**
1.7.1.4.53.0.1.03	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Ensino Médio	570.000,00
1.7.1.5.00.0.0.00	**Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB**	**11.694.800,00**
1.7.1.5.50.0.0.00	**Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT**	**5.524.400,00**
1.7.1.5.50.0.1.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB – VAAT - Principal	5.524.400,00
1.7.1.5.51.0.0.00	**Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB – VAAF**	**6.117.600,00**
1.7.1.5.51.0.1.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB – VAAF - Principal	6.117.600,00
1.7.1.5.52.0.0.00	**Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB – VAAR**	**52.800,00**
1.7.1.5.52.0.1.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB – VAAR - Principal	52.800,00
1.7.1.6.00.0.0.00	**Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**	**388.200,00**
1.7.1.6.50.0.0.00	**Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**	**388.200,00**
1.7.1.6.50.0.1.00	**Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal**	**388.200,00**
1.7.1.6.50.0.1.01	**Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - Principal**	**143.300,00**
1.7.1.6.50.0.1.01.01	Índice de Gestão Descentralizada - Programa Bolsa Família - Principal	143.300,00
1.7.1.6.50.0.1.02	**Bloco da Gestão do SUAS - Principal**	**20.800,00**
1.7.1.6.50.0.1.02.01	IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistencia Social - Principal	20.800,00
1.7.1.6.50.0.1.03	**Bloco da Proteção Social Básica - Principal**	**72.900,00**
1.7.1.6.50.0.1.03.02	PBVA-SCFV - Serviços de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos - Principal	72.900,00
1.7.1.6.50.0.1.06	**Programas Assistenciais - Principal**	**151.200,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.1.6.50.0.1.06.04	Programa Primeira Infância no SUAS - Principal	151.200,00
1.7.1.9.00.0.0.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	625.200,00
1.7.1.9.57.0.0.00	Transferência Especial da União	422.300,00
1.7.1.9.57.0.1.00	Transferência Especial da União - Principal	422.300,00
1.7.1.9.58.0.0.00	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020	25.400,00
1.7.1.9.58.0.1.00	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	25.400,00
1.7.1.9.99.0.0.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	177.500,00
1.7.1.9.99.0.1.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	177.500,00
1.7.1.9.99.0.1.01	Apoio Financeiro da União	171.000,00
1.7.1.9.99.0.1.01.01	Apoio Financeiro da União	171.000,00
1.7.1.9.99.0.1.09	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	6.500,00
1.7.1.9.99.0.1.09.01	REN - Fundo de Rendimentos	6.500,00
1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.134.900,00
1.7.2.1.00.0.0.00	Participação na Receita dos Estados	8.225.700,00
1.7.2.1.50.0.0.00	Cota-Parte do ICMS	7.349.700,00
1.7.2.1.50.0.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	7.349.700,00
1.7.2.1.51.0.0.00	Cota-Parte do IPVA	834.200,00
1.7.2.1.51.0.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	834.200,00
1.7.2.1.52.0.0.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	30.500,00
1.7.2.1.52.0.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	30.500,00
1.7.2.1.53.0.0.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	11.300,00
1.7.2.1.53.0.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	11.300,00
1.7.2.2.00.0.0.00	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	8.400,00
1.7.2.2.52.0.0.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	8.400,00
1.7.2.2.52.0.1.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal	8.400,00
1.7.2.3.00.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	114.000,00
1.7.2.3.50.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	114.000,00
1.7.2.3.50.0.1.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	114.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISAO DA RECEITA
EXERCICIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.7.2.3.50.0.1.01	Programa de Saúde da Família - PSF - Principal	114.000,00
1.7.2.9.00.0.0.00	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	786.800,00
1.7.2.9.51.0.0.00	Transferências de Estados destinadas a Assistência Social	294.200,00
1.7.2.9.51.0.1.00	Transferências de Estados destinadas a Assistência Social - Principal	294.200,00
1.7.2.9.51.0.1.01	Bloco da Proteção Social Básica	92.500,00
1.7.2.9.51.0.1.01.01	Piso Básico Fixo - PBF - Principal	92.500,00
1.7.2.9.51.0.1.02	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	191.400,00
1.7.2.9.51.0.1.02.03	Piso Fixo de Média Complexidade (PAEFI) - Principal	191.400,00
1.7.2.9.51.0.1.04	Bloco de Benefícios Eventuais	10.300,00
1.7.2.9.51.0.1.04.01	Benefícios Eventuais - BE - Principal	10.300,00
1.7.2.9.52.0.0.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	464.700,00
1.7.2.9.52.0.1.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	464.700,00
1.7.2.9.52.0.1.01	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE - Principal	464.700,00
1.7.2.9.53.0.0.00	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	27.900,00
1.7.2.9.53.0.1.00	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal	27.900,00
1.7.5.0.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	15.454.400,00
1.7.5.1.00.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	15.450.000,00
1.7.5.1.50.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	15.450.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	15.450.000,00
1.7.5.9.00.0.0.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	4.400,00
1.7.5.9.99.0.0.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	4.400,00
1.7.5.9.99.0.1.00	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	4.400,00
1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	192.600,00
1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	19.600,00
1.9.1.1.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	19.600,00
1.9.1.1.07.0.0.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	19.600,00
1.9.1.1.07.0.1.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	19.600,00
1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes	173.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1.9.9.9.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	173.000,00
1.9.9.9.99.0.0.00	Outras Receitas	173.000,00
1.9.9.9.99.1.0.00	Outras Receitas Administradas pela RBF	173.000,00
1.9.9.9.99.1.1.00	Outras Receitas Administradas pela RBF - Principal	173.000,00
1.9.9.9.99.1.1.01	Outras Receitas Administradas pela RBF	173.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00	Receitas de Capital	2.310.500,00
2.4.0.0.00.0.0.00	Transferências de Capital	2.310.500,00
2.4.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	510.500,00
2.4.1.1.00.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	484.100,00
2.4.1.1.51.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde	484.100,00
2.4.1.1.51.1.0.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	484.100,00
2.4.1.1.51.1.1.00	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	484.100,00
2.4.1.1.51.1.1.03	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	484.100,00
2.4.1.4.00.0.0.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	26.400,00
2.4.1.4.50.0.0.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	26.400,00
2.4.1.4.50.0.1.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	26.400,00
2.4.1.4.50.0.1.01	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Convênio - Principal	26.400,00
2.4.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.800.000,00
2.4.2.2.00.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.800.000,00
2.4.2.2.99.0.0.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.800.000,00
2.4.2.2.99.0.1.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	1.800.000,00
2.4.2.2.99.0.1.01	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Convênio - Principal	1.800.000,00
9.0.0.0.00.0.0.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.166.000,00
9.1.0.0.00.0.0.00	Deduções das Receitas Correntes	8.166.000,00
9.1.7.0.00.0.0.00	Deduções das Transferências Correntes	8.166.000,00
9.1.7.1.0.00.0.0.00	Deduções das Transferências da União e de suas Entidades	6.523.200,00
9.1.7.1.1.00.0.0.00	Dedução de Receita - Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	6.523.200,00
9.1.7.1.1.51.0.0.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM	6.522.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PREVISÃO DA RECEITA
EXERCÍCIO 2025

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9.1.7.1.1.51.1.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.522.800,00
9.1.7.1.1.51.1.1.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - Cota Mensal - Principal	6.522.800,00
9.1.7.1.1.52.0.0.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR	400,00
9.1.7.1.1.52.0.1.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR - Principal	400,00
9.1.7.2.0.00.0.0.00	**Deduções das Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades**	1.642.800,00
9.1.7.2.1.00.0.0.00	**Dedução de Receita de Transferências dos Estados - Participação na Receita dos Estados**	1.642.800,00
9.1.7.2.1.50.0.0.00	**Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Cota-Parte do ICMS**	1.469.900,00
9.1.7.2.1.50.0.1.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS - Principal	1.469.900,00
9.1.7.2.1.51.0.0.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA	166.800,00
9.1.7.2.1.51.0.1.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA - Principal	166.800,00
9.1.7.2.1.52.0.0.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Municípios	6.100,00
9.1.7.2.1.52.0.1.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Municípios - Principal	6.100,00
	TOTAL DA RECEITA	80.788.900,00

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

Programa: 0002 - Apoio Administrativo Institucional

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2206 - Manutenção das atividades de Controle Geral	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2211 - Gestão das Ações e Atividades do Gabinete do Prefeito	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2501 - Manutenção das ações e atividades de Sec. Mun. de infraestrutura e Serv. Público	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2601 - Manutenção das Ações e Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente e Proteção aos Animais	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2801 - Gestão das Ações e Atividades da Assistência Social	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0003 - Gestão Pública Eficiente

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2201 - Gestão das ações e atividades da Sec. Mun. De Finanças, Adm. e Planejamen	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0004 - Gestão Eficaz do Sistema Municipal de Saúde

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1302 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde de Atenção Especializada	CONSTRUÇÃO REALIZAOA	UNIDADE	1
1303 - Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares	CONSTRUÇÃD REALIZADA	UNIDADE	1
1606-Manutenção das Emendas Impositivas/Saúde	MANUTENÇAÕ REALIZADA	UNIDADE	1
2301 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2302 - Gestão das Ações e Atividades em Atenção Primária	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2307 -Manutenção das Atividades Ambulatoriais e Hospitalares	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2308 - Gestão das Ações de Vigilância em Saúde	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2312 - Manutenção das Ações e Atividades em Assistência Farmacêutica	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2314 - Manutenção das Atividades em Controle das Doenças Endemicas/Pandemicas	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2315 - Estruturação e Manutenção da Rede de Urgência e Emergência Móvel e Fixa	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2316 - Estruturação e Manutenção das Ações da Rede de Atenção Psicosocial	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

Programa: 0005 - Educando para Crescer

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1409 - Construção e Ampliação dos Espaços Culturais e Esportivos	CONSTRUÇÃO REALIZADA	UNIDADE	1
2401 - Gestão das Ações e Atividades do Fundo Mun. de Educação	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2403 - Manutenção das Ações e Atividades sobre Alimentação Escolar	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2404 - Manutenção das Ações e Atividades do Transporte Escolar	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2406 - Manutenção das Ações e Atividades em Alfabetização de Jovens e Adultos	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2407 - Gestão e Manutenção das Ações das Atividades em Educação Especial	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2411 - Manutenção das Ações e Atividades do Ensino Fundamental	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2417 - Manutenção das Ações e Atividades do Ensino Infantil	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2425 - Manutenção das Ações de Atividades da Educação em Tempo Integral	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0006 - Promoção dos Eventos Culturais e Esportivos

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1410 - Construção de Quadras Poliesportivas	CONSTRUÇÃO REALIZADA	UNIDADE	1
2415 - Apoio aos Eventos e Festejos Tradicionais	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2416 - Gestão das Ações e Atividades Artísticas, Culturais e Esportivas	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2418 - Manutenção dos Espaços Culturais e Desportivos	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2904 - Manutenção da Semana da Cultura e Arte durante o Aniversário e Emancipação Política do Município	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0008- Mais Desenvolvimento para o Homem e Mulher do Campo

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1602- Implementação e Aquisição de Equipamentos Agropecuários	IMPLEMENTAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	1
1604 - Revitalização de Áreas Degradadas	REVITALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	1
2225-Apoio a Feira Agroecologica	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2602- Manutenção das Ações e Atividades de Apoio Agricultura Familiar	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2603- Apoio às Ações e Atividades em Cooperativismo e Associativismo	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2604- Manutenção das Ações e Atividades da Rede de Abastecimento	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2908 - Implantação de programas, projetos e ações de arborização das ruas da zona urbana e rural	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

Programa: 0010 - Ampliação e Modernização dos Espaços e Serviços Urbano

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1501 - Pavimentação e Recuperação de vias públicas	PAVIMENTAÇÃO REALIZADA	METRO	10.000m²
1503 - Construção e ampliação de praças, parques e jardins	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	3
1504 - Construção e ampliação da rede de saneamento básico	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃD REALIZADA	METRO	2.000m²
1505 - Construção e ampliação da rede de abastecimento de água	CONSTRUÇÃD E AMPLIAÇÃO REALIZADA	METRD	5.000m²
1508 - Construção e recuperação de unidades administrativas	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	200%
1510 - Construção e ampliação de complexos e instrumentos desportivos	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	2
1513 - Construção e Recuperação de Habitações Rurais e Urbanas	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	30
1.605 - Manutenção das Emendas Impositivas/Infraestrutura	MANUTENÇÃD REALIZADA	UNIDADE	100%
2502 - Manutenção das Ações de Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2503 - Manutenção das Ações e Atividades em Eletrificação e Iluminação Pública	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2504 - Manutenção das ações e atividades em ruas, estradas vicinais, praças e jardins	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2505 - Manutenção das Ações em Serviços de Transporte	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0011- Modernização e Educação Tributária

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2212-Manutenção das Ações e Atividades de Comunicação e Transparência	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0012- Encargos Especiais

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
0204-Contribuição ao PASEP	Serviços Mantidos	Percentual	100%
0Z09-Encargos Gerais	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa			
Programa: 0013 - Proteção Social Básica			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2805 - Manutenção da Proteção Social Básica do SUAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2806 - Manutenção das Ações dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2905 - Implantação de programas, projetos e ações em atenção à pessoa idosa e a Politica Para as Mulheres	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2906 - Implantação de programas, projetos e ações para a juventude	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2907 - Implantação de programas, projetos e ações para a pessoa com deficiência	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
Programa: 0014 - Proteção Social Especial			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2s07 - Manut. dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2830 - Implantação e Desenvolvimento das Ações do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
Programa: 0015 - Promoção Humana e Bem Estar Social			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2802 - Manutenção das Ações de Benefícios Eventuais	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2803 - Manut. das Ações dos Programas Socioassistenciais e do Cadastro Único	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2813 - Manutenção das ações e atividades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2820 - Manutenção do Programa Primeira Infância no SUAS	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2822 - Manutenção das Ações e Projetos de Geração de Trabalho, Emprego e Renda	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa			
Programa: 0016 - Habitação de inclusão Social			
Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2819 - Manutenção das ações e Atividades em Habitação e Moradia	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2825 - Manutenção das ações do Programa Acolher	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Relatório de Metas e Prioridades

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa

Programa: 0017 - Proteção Social da Criança e do Adolescente

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
2814 - Manutenção do Fundo do Conselho e da Rede de Direitos da Criança e do Adolescente	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2815 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2909- Manutenção Das Ações e Atividades de Erradiação do Trabalho Infantil	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 0101- ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
1001 - Modernização de Ampliação Prédio da Câmara Municipal	MODERNIZAÇÃO REALIZADA	Percentual	1
1102 - Implementação do Núcleo de Capacitação dos Servidores da Câmara	IMPLEMENTAÇÃD REALIZADA	Percentual	1
2101 - Manutenção das Atividade do Plenário Legislativo	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2102 - Manutenção das Ações e Atividades do Poder Legislativo	Serviços Mantidos	Percentual	100%
2103 - Aquisição de Veículos	Serviços Mantidos	Percentual	100%

Programa

Programa: 9999- Reserva de Contingência

Ações	Produto	Unidade de Medida	Meta Prevista
0999-Reserva de Contingência	Serviços Mantidos	Percentual	100%

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas para arrecadação de receitas para os exercícios de 2025, 2026 e 2027 foi realizada com base no histórico de arrecadação dos anos de 2021 a 2023, com a correção dos valores pelo índice do IPCA e pela taxa de crescimento do PIB do país.

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO 2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES	**86.644.400,00**	**88.368.749,96**	**90.136.124,96**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	**4.115.900,00**	**4.197.812,41**	**4.281.768,66**
Impostos	3.867.500,00	3.944.468,89	4.023.358,27
Taxas	248.400,00	253.343,52	258.410,39
Contribuição de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	**936.200,00**	**954.831,75**	**973.928,38**
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	**81.399.700,00**	**83.019.672,78**	**84.680.066,23**
Participação na Receita da União (FPM, ITR, IPI)	34.597.200,00	35.285.734,75	35.991.449,45
Outras Transferências da União	10.518.400,00	10.727.731,50	10.942.286,13
Participação na Receita dos Estados	9.126.500,00	9.308.130,66	9.494.293,28
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	27.157.600,00	27.698.075,86	28.252.037,37
Convênios -Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**192.600,00**	**196.433,02**	**200.361,68**
Outras Receitas Correntes	192.600,00	196.433,02	200.361,68
Receitas Diversas	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL	**2.310.500,00**	**2.356.734,30**	**2.403.868,98**
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	-
Convênios -Capital	2.310.500,00	2.356.734,30	2.403.868,98
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	8.166.000,00	8.328.515,31	8.495.085,62
TOTAL	80.788.900,00	82.396.968,94	84.044.908,32

Parâmetros Utilizados

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB	2,00	2,00	2,00
IPCA	3,51	3,50	3,50

Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Os quadros a seguir demonstram o histórico de arrecadação dos exercícios de 2021 a 2023, os valores previstos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e a projeção para os exercícios de 2025 a 2027, segregados pelas principais fontes de receitas do município.

Receita Impostos, Taxas e Cantribuições de Melharias

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	3.621.000,00	0
2023	2.967.600,00	-22,02%
2024	7.355.500,00	59,65%
2025	4.115.900,00	-78,71%
2026	4.197.812,41	1,95%
2027	4.023.358,27	-4,34%

Cota - Parte do Funda de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	30.098.700,00	0
2023	29.714.100,00	-1,29%
2024	36.690.000,00	19,01%
2025	34.595.200,00	-6,06%
2026	35.283.694,95	1,95%
2027	35.989.368,85	1,96%

Transferências de Recursos da SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	7.552.600,00	0
2023	7.404.400,00	-2,00%
2024	9.954.630,00	25,62%
2025	7.386.800,00	-34,76%
2026	7.533.808,10	1,95%
2027	7.684.484,26	1,96%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	2.200,00	0
2023	171.500,00	98,72%
2024	80.500,00	-113,04%
2025	192.600,00	58,20%
2026	196.433,02	1,95%
2027	200.361,68	1,96%

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	2.988.600,00	0
2023	2.135.700,00	-39,94%
2024	1.556.900,00	-37,18%
2025	2.310.500,00	32,62%
2026	2.356.734,30	1,96%
2027	2.403.868,98	1,96%

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

TOTAL DAS DESPESAS			
CATEGORIAS ECONÔMICAS E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	LDO		
	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES	**71.561.940,88**	**72.986.379,88**	**74.446.107,48**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.030.761,69	44.907.290,05	45.805.435,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.123,65	6.245,52	6.370,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.525.055,55	28.072.844,30	28.634.301,19
DESPESAS DE CAPITAL	8.239.122,20	8.403.092,76	8.571.154,61
INVESTIMENTOS	6.788.452,89	6.923.553,00	7.062.024,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL	-	-	-
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.450.669,32	1.479.539,75	1.509.130,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	403.855,38	411.892,69	420.130,54
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS[1]	583.981,53	595.603,62	607.515,69
TOTAL	80.788.900,00	82.396.968,94	84.044.908,32

[1]O valor total estimado para as despesas considera as projeções para os pagamentos de restos a pagar de despesas primárias.

Os quadros a seguir demonstram as principais despesas do município, onde os valores de 2022 e 2023 referem-se às despesas executadas, 2024 representa o montante fixado na Lei Orçamentária Anual, e os valores de 2025 a 2027 constituem as metas estabelecidas, conforme histórico dos valores executados.

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	32.487.993,22	0
2023	35.006.786,82	7,20%
2024	45.390.332,40	22,88%
2025	44.030.761,69	-3,09%
2026	44.907.290,05	1,95%
2027	45.805.435,85	1,96%

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	7.178.824,95	0%
2023	3.970.929,95	-80,78%
2024	8.600.520,16	53,83%
2025	6.788.452,89	-26,69%
2026	6.923.553,00	1,95%
2027	7.062.024,06	1,96%

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	21.675.877,41	0%
2023	25.755.624,78	15,84%
2024	32.672.256,39	21,17%
2025	28.109.037,08	-16,23%
2026	28.668.447,92	1,95%
2027	29.241.816,88	1,96%

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	1.440.634,85	0%
2023	1.291.911,44	-11,51%
2024	1.500.000,00	13,87%
2025	1.450.669,32	-3,40%
2026	1.479.539,75	1,95%
2027	1.509.130,55	1,96%

PREFEITURA MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA DE CÁLCULO
2025

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultado Primário e Nominal

O demonstrativo a seguir evidencia a memória e metodologia de cálculo das metas pretendidadas para os resultados primário e nominal, conforme determina a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado nominal foi calculado conforme a metodologia abaixo da linha, que representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao apurado da DCL em 31 de dezembro do exercício de referência.

META FISCAL - RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (I)	78.478.400,00	80.040.234,64	81.641.039,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.115.900,00	4.197.812,41	4.281.768,66
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	936.200,00	954.831,75	973.928,38
Aplicações Financeiras (II)	936.200,00	954.831,75	973.928,38
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	73.233.700,00	74.691.157,46	76.184.980,61
Demais Receitas Correntes	192.600,00	196.433,02	200.361,68
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	**77.542.200,00**	**79.085.402,90**	**80.667.110,96**
RECEITA DE CAPITAL (IV)	2.310.500,00	2.356.734,30	2.403.868,98
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Ativos	-	-	-
Transferência de Capital	2.310.500,00	2.356.734,30	2.403.868,98
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)	**2.310.500,00**	**2.356.734,30**	**2.403.868,98**
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	**79.852.700,00**	**81.442.137,19**	**83.070.979,94**
DESPESAS CORRENTES (X)	71.561.940,88	72.986.379,88	74.446.107,48
Pessoal e Encargos Sociais	44.030.761,69	44.907.290,05	45.805.438,85
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.123,65	6.245,52	6.370,43
Outras Despesas Correntes	27.525.055,55	28.072.844,30	28.634.301,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTE (XII) = (X-XI)	**71.555.817,23**	**72.980.134,36**	**74.439.737,04**
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	8.239.122,20	8.403.092,76	8.571.154,61
Investimentos	6.788.452,89	6.923.553,00	7.062.024,06
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	1.450.669,32	1.479.539,75	1.509.130,55
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	**6.788.452,89**	**6.923.553,00**	**7.062.024,06**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	403.855,38	411.892,69	420.130,54
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)	583.981,53	595.603,62	607.515,69
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	**79.332.107,03**	**80.911.183,67**	**82.529.407,34**
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	**520.592,97**	**530.953,53**	**541.572,60**
RESULTADO NOMINAL	**(7.717.600,00)**	**1.222.756,22**	**1.275.579,67**

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2025	2026	2027
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	19.775.200,00	18.689.186,47	17.553.839,65
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	19.775.200,00	18.689.186,47	17.553.839,65
DEDUÇÕES (II)	**6.874.900,00**	**7.011.642,69**	**7.151.875,84**
Disponibilidade de Caixa	**6.874.900,00**	**7.011.642,69**	**7.151.875,84**
Disponibilidade de Caixa Bruta	**7.027.400,00**	**7.167.252,87**	**7.310.597,93**
(-) Restos a Pagar Processados	1.300,00	1.372,41	1.399,86
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.200,00	154.237,77	157.322,53
Haveres Financeiros	-	-	-
DCL (III) = (I-II)	**12.900.300,00**	**11.677.543,78**	**10.401.964,10**